



COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ nº 11.274.829/0001-07

NIRE 35.300.373.367

POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E PRIVACIDADE

1. FINALIDADE

A Política de Proteção de Dados Pessoais e Privacidade da Companhia Paulista de Securitização ("CPSEC") tem por objetivo apresentar diretrizes aplicáveis para o tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis, em conformidade com a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais ou LGPD) e alterações, bem como organizar todos os pontos relevantes e necessários para o estabelecimento de ações que garantam a conformidade com os princípios e as normas que digam respeito à proteção de dados pessoais e privacidade.

2. LIMITAÇÃO DE DADOS PESSOAIS

A CPSEC:

- i. não possui clientes pessoas naturais;
- ii. não coleta informações de pessoas naturais por qualquer meio;
- iii. somente coleta informações de pessoa natural que seja colaborador, conforme definição a seguir.

3. DADOS PESSOAIS

A Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, define em seu artigo 5º, inciso I, que dado pessoal é todo aquele que se refira a uma pessoa natural identificada ou identificável.

Essa definição compreende todo aquele dado que permite identificar uma pessoa diretamente ou a combinação de dados que podem identificar o titular de forma inequívoca, conforme reproduzido a seguir:

- i. dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;
- ii. dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;



COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ nº 11.274.829/0001-07

NIRE 35.300.373.367

- iii. dado anonimizado: dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento;
- iv. banco de dados conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico;
- v. titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;
- vi. controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;
- vii. operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;
- viii. encarregado: pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- ix. agentes de tratamento: o controlador e o operador;
- x. tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;
- xi. Anonimização: utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo;
- xii. consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada;
- xiii. bloqueio: suspensão temporária de qualquer operação de tratamento, mediante guarda do dado pessoal ou do titular;
- xiv. eliminação: exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado;
- xv. transferência internacional de dados: transferência de dados pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro;
- xvi. uso compartilhado de dados: comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou



COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ nº 11.274.829/0001-07

NIRE 35.300.373.367

tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados;

- xvii. relatório de impacto à proteção de dados pessoais: documentação do controlador que contém a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco;
- xviii. órgão de pesquisa: órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter histórico, científico, tecnológico ou estatístico; e
- xix. autoridade nacional: órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional.

4. DEFINIÇÕES GENÉRICAS

Colaborador: Para efeitos desta política, colaborador compreende os membros do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria, do Conselho Fiscal e da Diretoria Colegiada desta Companhia, os empregados efetivos, os empregados contratados para cargos em comissão, os prepostos, o estagiários e os funcionários das empresas prestadoras de serviço e parceiras.

Não cliente: Para efeitos desta política, não cliente é toda pessoa natural que não possui relação jurídica vigente com a CPSEC.

5. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

- 6. O tratamento de dados pessoais no âmbito das atividades realizadas pela CPSEC, deverá enquadrar-se em uma base legal que possibilite a sua realização.



COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ nº 11.274.829/0001-07

NIRE 35.300.373.367

A CPSEC adotará os melhores esforços no tratamento de dados pessoais utilizando apenas os dados necessários para o atendimento às finalidades pretendidas, de forma adequada, com especial atenção à segurança, ao sigilo e respeitando os princípios constantes da LGPD, comprometendo-se a cumprir as normas nela previstas LGPD e baseada aos seguintes princípios:

- i. Os dados pessoais do colaborador serão processados de forma lícita, leal e transparente;
- ii. Os dados pessoais do colaborador serão coletados apenas para finalidades determinadas, explícitas e legítimas, e não poderão ser tratados posteriormente de uma forma incompatível com essas finalidades;
- iii. Os dados pessoais do colaborador serão coletados de forma adequada, pertinente e limitada às necessidades do objetivo para os quais eles são processados;
- iv. O colaborador deverá atualizar os seus dados pessoais sempre que haja alteração;
- v. Os dados pessoais do colaborador serão conservados de uma forma que permita a identificação dos titulares dos dados apenas durante o período necessário para as finalidades para as quais são tratados;
- vi. Os dados pessoais do colaborador serão tratados de forma segura, protegidos do tratamento não autorizado ou ilícito e contra a sua perda, destruição ou danificação acidental.

7. SEGURANÇA DOS DADOS PESSOAIS

A CPSEC armazena os dados pessoais dos colaboradores no site da Secretaria da Fazenda e Planejamento, o qual dispõe de medidas de segurança física, eletrônica e administrativa e trafegam e são armazenados de forma segura em no banco de dados da Secretaria, com proteção a acessos não autorizados, acesso restrito aos colaboradores diretamente envolvidos, os quais, de acordo com o nosso Código de Conduta e Integridade, estão comprometidos a manter sigilo das informações, adotando as melhores práticas para o manuseio dos dados.

Ademais, a CPSEC se compromete a aplicar todas as medidas técnicas e de segurança da informação para proteger os dados pessoais



COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ nº 11.274.829/0001-07

NIRE 35.300.373.367

coletados evitando situações de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão de tais dados, de modo a garantir integridade, confidencialidade e disponibilidade pelo prazo necessário ao atingimento das finalidades para as quais foram coletados os dados pessoais ou para o cumprimento de exercício regular de direito ou, ainda, para o cumprimento de obrigação legal.

Para a garantia da segurança, serão adotadas soluções que levem em consideração as técnicas adequadas, a natureza, o âmbito, o contexto e as finalidades do tratamento e os riscos para os direitos e liberdades do Colaborador.

A violação de dados pessoais pode ocorrer de modo acidental ou ilícito, é uma violação de segurança e pode provocar a destruição, a perda, a divulgação ou o acesso não autorizado a dados pessoais conservados ou sujeitos a qualquer outro tipo de tratamento.

A CPSEC se compromete a comunicar ao colaborador imediatamente caso ocorra algum tipo de violação da segurança de seus dados pessoais que possa lhe causar um alto risco para seus direitos e liberdades pessoais.

Os dados pessoais armazenados são tratados garantindo a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade das informações, dentro dos limites legais.

A presente POLÍTICA deve ser divulgada externa e internamente, inclusive no website da CPSEC.

8. CONTROLADOR E OPERADOR DOS DADOS

O controlador/operador é responsável pelo tratamento dos dados pessoais do titular, é pessoa física ou jurídica, a autoridade pública ou outro organismo que, individualmente ou em conjunto com outras, determina as finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais.

O responsável pelo tratamento dos dados pessoais dos colaboradores é a CPSEC, que poderá ser contatada pelo e-mail: cpsec@cpsec.fazenda.sp.gov.br.

9. ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS



COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ nº 11.274.829/0001-07

NIRE 35.300.373.367

O encarregado de proteção de dados é a pessoa indicada pela Diretoria Colegiada da CPSEC para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), conforme disposição do artigo 5º, VIII.

A partir da aprovação desta Política, além das atribuições previstas na legislação correlata sobre o tema, o Encarregado será responsável por:

- (i) orientar os Colaboradores quanto aos itens desta Política;
- (ii) monitorar o cumprimento da legislação sobre proteção de dados pessoais e privacidade
- (iii) fiscalizar o cumprimento desta Política, por parte dos colaboradores e terceiros;
- (iv) orientar ações visando prevenir ameaças e incidentes;
- (v) avocar as demandas dos titulares;
- (vi) servir de interlocutor perante o Encarregado de dados pessoais do Estado de São Paulo, ANPD, Ministério Público, Poder Judiciário, entre outros órgãos e entidades que visem à proteção de dados pessoais;
- (vii) efetuar revisão de documentos visando à minimização de riscos relacionados ao tratamento de dados pessoais;
- (viii) gerir a governança de dados pessoais;
- (ix) comunicar imediatamente aos seus superiores os casos de ameaças e incidentes; e
- (x) agir de forma positiva para minimizar riscos e danos envolvendo proteção de dados pessoais e privacidade.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

Qualquer Colaborador da CPSEC poderá propor alterações nesta política, visando ao atendimento da legislação, das diretrizes e de outras normas da ANPD, à melhoria contínua ou, ainda, em benefício da CPSEC, sempre respeitados os princípios de proteção de dados pessoais e privacidade.

(Política Aprovada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 13.11.23)